CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO

Estado da Bahia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Paulo Afonso

REQUERIMENTO N°. _____ /2024.

O Vereador que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, vem na forma regimental requerer a Vossa Excelência que se digne remeter o presente ao **Exmo. Sr. Prefeito Municipal em exercício, — Marcondes Francisco**, requerendo o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis, no Município de Paulo Afonso-BA.

JUSTIFICATIVA

O incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista é uma diretriz fundamental da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa política, instituída pela Lei nº 12.764/2012, estabelece diretrizes para a proteção dos direitos das pessoas com esse transtorno[1].

Além disso, a lei também enfatiza outras diretrizes importantes, como:

Intersetorialidade: Desenvolver ações e políticas de forma interdisciplinar para atender às necessidades da pessoa com transtorno do espectro autista.

Participação da comunidade: Envolver a comunidade na formulação de políticas públicas e no controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação.

Atenção integral à saúde: Buscar o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes.

Responsabilidade do poder público: Garantir informações públicas sobre o transtorno e suas implicações.

Estímulo à pesquisa científica: Priorizar estudos epidemiológicos para compreender a magnitude e as características do problema relacionado ao transtorno do espectro autista no país[1].

Essas diretrizes visam promover uma abordagem abrangente e inclusiva para melhorar a qualidade de vida das pessoas com transtorno do espectro autista e suas famílias.

Quais são os principais desafios no atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista?

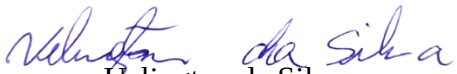
Como posso contribuir para promover a inclusão de pessoas com TEA na sociedade?

Qual é o papel das escolas e instituições de ensino nesse contexto?

São perguntas, que precisam de respostas, para a garantia de direitos fundamentais das pessoas com TEA.

.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 2024.



Uelington da Silva
Keko do Benone
- Vereador –